

RELATÓRIO

Audiência Pública: “Valorização dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Prefeitura Municipal de Salvador”

Local: Auditório do Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador

Data: 23/09/2022

Horário: 10h às 13h

Componentes da Mesa

Augusto Vasconcelos – Vereador, Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Gláucia Tavares – Membro do Coletivo SEMPRE Mobilizadxs

Ilan Fonseca de Souza – Procurador do Trabalho, Coordenador Regional da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (CODEMAT - MPT)

Juliete Barreto – Psicóloga, Articuladora do Grupo Mobiliza PSI

Margareth Alves Dallaruvera – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Bruno Carianha – Coordenador Administrativo e Financeiro do SINDSEPS

Iara Maria da Cruz Martins – Conselheira Presidente do Conselho Regional de Psicologia - CRP03

Lídice da Mata – Senadora

Mônica Andrade – Presidente da Associação Baiana de Profissionais de Serviço Social (ABAPSS)

Pedro Pirajá – Coordenador Nacional e Estadual do Fórum dos Usuários do SUAS

Marleide Castro dos Santos – Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

Laina Crisóstomo – Vereadora da Câmara Municipal de Salvador

Márcio de Castro – Comissão dos aprovados da Guarda Municipal

Márcia Ribeiro – Coletivo Sempre Mobilizadxs

Abertura

Augusto Vasconcelos

Abriu a audiência explicando que a discussão trataria da valorização profissional de assistentes sociais e psicólogos da Prefeitura Municipal de Salvador, registrando insatisfação pela ausência dos órgãos da Prefeitura convidados para o evento, especificamente a SEMPRE. Falou dos Projetos de Indicação, de sua autoria, pela aprovação da jornada de 30h para as duas categorias, pedindo que a Prefeitura implemente no município, e pela aprovação do projeto do piso salarial que tramita no Congresso Nacional, manifestando a posição da Câmara Municipal em favor desta aprovação. Falou também do projeto que apresentou para regulamentar a lei federal que institui a presença de psicólogas e assistentes sociais nas escolas na rede municipal de educação, por considerar que seria um grande ganho para a educação, tendo em vista que as equipes presentes nas escolas não são suficientes para dar conta dos desafios de um projeto educacional emancipador.

Considerações da Mesa

Gláucia Tavares

Afirmou que os assistentes sociais e psicólogos da Prefeitura vêm sendo vítimas de várias violações. Pontuou que o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) vem recebendo muitas denúncias de descumprimento de direitos, pois não há valorização sem segurança e garantia dos direitos desses profissionais. Denunciou as condições de trabalho dos servidores, que laboram em CRAS sem banheiro, sem cadeiras, com presença de ratos. Alegou que os profissionais atendem diretamente pessoas com doenças infecto-contagiosas e que um colaborador perdeu o movimento das pernas após ter se contaminado. Pontuou que foi postulado pedido de insalubridade, porém sem resposta do município. Falou da questão da carga horária, citando a Lei 8.662 que assegura que a jornada dos assistentes sociais é de 30 horas, independente se em regime estatutário ou

privado. Afirmou que no dia anterior mais uma unidade dos CRAS havia sido assaltada, tendo os servidores sido submetidos a situações de violência com arma na cabeça. Disse que já são mais de 15 denúncias de ausência de segurança nos CRAS. Lembrou que há previsão na NOB SUAS de garantia de segurança e condições dignas de trabalho aos profissionais. Salientou que os profissionais em questão têm direito às gratificações e adicionais previstos no plano de cargos e salários da Lei 01 do município, e que o edital do concurso que fizeram previa o menor salário de toda a Prefeitura, não recebendo nem o auxílio transporte. Finalizou pedindo respeito aos assistentes sociais e psicólogos.

Margareth Alves Dallaruvera

Lembrou que falar de valorização é falar da dignidade do trabalho e de salário, mas também das condições éticas e técnicas do trabalho. Sugeriu a instituição de uma frente na Prefeitura, com liderança de Augusto, para tratar da valorização e regulamentação das matérias referentes a esses profissionais. Afirmou que, de acordo com seu artigo II, a lei das 30 horas não atende servidor público. Salientou que no município do Rio de Janeiro as 30h são fruto de um projeto do município enviado pelo Prefeito e aprovado pelos vereadores.

Juliete Barreto

Destacou que a gestão municipal de Salvador é um sistema necropolítico, que tem matado as trabalhadoras e trabalhadores da rede SUS e SUAS. Explicou que a necropolítica é o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Reforçou que os psicólogos e assistentes sociais têm um papel muito importante na atuação frente às situações de calamidade pública e pobreza. Indagou como os profissionais em questão podem dar assistência aos usuários se estão também em processo de adoecimento. Lembrou que o papel dos assistentes sociais e psicólogos incide junto à população mais vulnerável e com menos recursos no acesso às políticas sociais para sobrevivência, pedindo respeito às categorias. Afirmou que tais carreiras são majoritariamente femininas, historicamente subalternizadas e desvalorizadas, precisando ser enaltecidas. Denunciou a presença de ratos e a ausência de copos descartáveis e papel higiênico em unidades de assistência social municipais. Reforçou o pedido do Coletivo Mobiliza PSI pelo

cumprimento das 30 horas, do piso salarial, de mais segurança nas unidades, de aprovação do PL 1214/2019 e de garantia dos direitos humanos e valorização dos trabalhadores. Pediu união entre as categorias. Falou da importância de se discutir a inclusão de psicólogos e assistentes sociais nas escolas e a regulamentação da Lei 13.935. Abordou o Projeto de Indicação 246, de autoria do vereador Augusto Vasconcelos, que pede a realização de concurso público para contratação de assistentes sociais e psicólogos, mas lembrou da importância de pressionar a Prefeitura no sentido de convocar os mais de mil profissionais aprovados no cadastro reserva que já existe desde 2019. Concluiu pontuando a importância de se pautar a saúde mental dos trabalhadores, que estão sofrendo de doenças como síndrome de burnout, depressão e síndrome do pânico.

Dr. Ilan Fonseca de Souza

Comentou que o MPT recebe muitas denúncias e lembrou que, muitas vezes, mais importante do que falar e argumentar, é preciso provar. Explicou que as denúncias se transformam em inquérito, que existe para levantar provas, podendo estas ser feitas por intermédio de fotografias, áudios, vídeos e testemunhas. Pontuou que aqueles que garantem direitos humanos a outrem, precisam ter os seus direitos humanos respeitados. Esclareceu que as denúncias podem ser sigilosas. Afirmou que após a abertura de inquérito, pode ser realizada perícia no ambiente degradado e, sendo constatada a verdade das denúncias, o gestor será chamado para corrigir a conduta. Afirmou que, com base no que fora exposto até então, as principais violações de direitos relacionados a condições de trabalho que a categoria em discussão sofre no município são referentes a condições sanitárias precárias, falta de igualdade de direitos e estresse no local de trabalho. Explicou que há normas regulamentadoras específicas que combatem tais violações, a exemplo da NR 17, que determina mobiliário ergonômico, estrutura adequada à natureza do serviço e atividades adaptadas às características psicofisiológicas dos funcionários, bem como a NR 24, que especifica como devem ser as instalações sanitárias no ambiente de trabalho. Saliou que as questões relacionadas à segurança e equiparação salarial no ambiente de trabalho estão garantidas pela Constituição Federal. Finalizou deixando o site para registro de denúncias: ww.prt5.mpt.mp.br.

Bruno Carianha

Afirmou que na campanha salarial de 2018 a Prefeitura cometeu uma série de arbitrariedades, chegando a ser instaurado um inquérito. Acusou a atual gestão de cometer usurpação de cargo público e assédios diversos. Pediu que Augusto intermedie uma interlocução entre o Sindicato/Conselhos e o Ministério Público do Estado para discutir a questão da segurança, do direito administrativo em relação às diferenças salariais e da insalubridade. Salientou que se os psicólogos e assistentes sociais da SEMPRE fossem servidores da Secretaria Municipal de Saúde, estariam recebendo o dobro do salário, talvez até o triplo. Afirmou que há desvio da verba do fundo destinado a pagar os servidores para pagar outros profissionais, chamando tal situação de usurpação de cargo público, o que afirmou ocorrer muito na Prefeitura. Pediu apoio do Ministério Público do Trabalho para investigar estas questões.

Iara Maria da Cruz Martins

Falou da importância de se ter nas escolas psicólogos e assistentes sociais. Ressaltou que o Conselho não trata de questões trabalhistas, sendo responsável por orientar, disciplinar, fiscalizar e regulamentar a profissão, ponderando, no entanto, que a profissão de psicologia é toda embasada em direitos humanos, não podendo o Conselho ficar passivo diante da violação desses direitos. Citou cidades baianas com avanços para a categoria, como Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus, que já possuem lei regulamentando a presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas e Alagoinhas, cujos profissionais dessas áreas já atuam com carga horária de 30h,

Lídice da Mata

Afirmou que fez a primeira audiência pública no plenário da Câmara para discutir o salário da assistência social, defendendo o piso e buscando a valorização desta categoria. Afirmou que, depois, como constituinte, teve o compromisso cumprido de votar pelo reconhecimento e pela primeira lei de organização da assistência social da LOAS. Garantiu que as categorias podem contar com seu apoio na votação referente à lei das 30 horas. Defendeu o conceito de que o funcionalismo tem que ser parceiro da

administração. Pontuou que a psicologia, após a pandemia, ganhou um relevo extraordinário pelo número de pessoas e jovens angustiados e depressivos. Afirmou que há um quadro de política de saúde mental em retrocesso no país e que se encontra estacionado na Bahia. Defendeu a reavaliação das políticas do CAPS e o funcionamento 24h das unidades para o atendimento de álcool e outras drogas, necessidade que julgou indispensável à população e à política de atendimento à saúde no país. Finalizou falando da importância de ampliar os recursos para a saúde mental.

Mônica Andrade

Defendeu a importância das categorias irem para as ruas aos invés de ficarem apenas nas redes sociais e nos meios de comunicação. Defendeu o voto em candidatos que lutem pela categoria.

Marleide Castro dos Santos

Afirmou estar presente como conselheira municipal da assistência social. Afirmou que o Conselho Municipal da Assistência Social tem feito um trabalho muito importante em defesa do trabalhador. Pontuou que o Secretário está sempre presente nas reuniões, atendendo às pautas. Afirmou que recentemente houve curso sobre assédio moral, ministrado para os servidores da assistência social. Lembrou que as políticas públicas são fruto das conferências municipais, que evoluem para as estaduais, chegando às nacionais, de onde as propostas são transformadas em políticas públicas.

Pedro Pirajá

Afirmou que o Fórum Nacional nasceu no Estado da Bahia em 2015, em uma reunião descentralizada do CNAS ocorrida nos dias 17, 18 e 19 de novembro, em Salvador. Salientou a urgência de organização dos usuários nos equipamentos de assistência social, alertando que quando há uma conexão entre servidor e assistido, a gestão coloca barreiras para que o usuário não seja devidamente orientado, como preconiza a LOAS. Falou da finalidade do Fórum em fomentar a instalação da política, a mobilização, a

formação, autonomia, empoderamento de cidadãos usuários dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social, bem como a garantia da defesa do monitoramento do controle social dos direitos sócio-assistenciais dos usuários. Falou do impacto das más condições de trabalho dos servidores na prestação do serviço aos usuários, que muitas vezes se encontram em situação de nulidade. Afirmou ter conhecimento de relatos de psicólogas que choram no atendimento de usuários que as culpam por não quererem ofertar os benefícios. Insistiu na importância da relação entre usuário e servidor, pois quanto mais distante esta relação, mais aumentam a precarização e violência nos equipamentos. Lembrou que o trabalho do assistente social e do psicólogo na política do SUAS está muito além da liberação de cestas básicas. Pontuou o baixo número de psiquiatras nos CAPS, o que impacta diretamente nos CRAS e demais equipamentos da assistência social.

Márcia

Lembrou da luta pelas 30h nacionais dos assistentes sociais, quando no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10 mil profissionais ocuparam o Congresso Nacional conquistando a redução da carga horária da categoria sem redução salarial. Pontuou que, mesmo com relatos de processos de assédio e violência sofridos por alguns colegas, é da luta coletiva e do diálogo com o outro que vem a esperança. Abordou a questão da política pública de assistência social, afirmando que nenhuma política pública se faz sem planejamento e sem a participação de quem ocupa esse lugar dentro da política pública, ou seja, os usuários e trabalhadores da rede. Sugeriu ao Conselho Municipal a formação de grupos de trabalho ou comissões temáticas sobre segurança no trabalho e sobre a saúde mental dos trabalhadores. Contou sua experiência em ter sido assaltada dentro de seu ambiente de trabalho, o CRAS, pontuando o impacto psicológico disso para o trabalhador no exercício de suas atividades. Sugeriu um trabalho de intersetorialidade e de diálogo entre as secretarias, uma vez que não basta aprimorar a qualidade do serviço na assistência social, mas é preciso também aprimorar as demais políticas públicas conjuntamente, especialmente na realidade pós-pandêmica, quando o usuário que tem os seus direitos violados recebe negativas quanto ao acolhimento nos CAPS, por ausência de profissional, ou quanto ao acolhimento em unidade de saúde porque a mesma não tem capacidade de atendimento devido à alta demanda.

Laina Crisóstomo

Reforçou a importância do concurso para garantir a continuidade do vínculo e da relação nos serviços da assistência social. Pontuou a existência de um movimento estrutural de defasagem dos CRAS, havendo unidades sem psicólogo, com assistentes sociais se dividindo entre duas unidades e com equipamentos funcionando sob total insalubridade. Defendeu um trabalho multidisciplinar no enfrentamento à violência e à ausência de direitos, condenando as políticas de terceirização e de indicação. Ressaltou que para a saúde, para o SUAS e para a educação é preciso ter continuidade e vínculo com os profissionais que prestam o serviço. Defendeu as 30h, o piso salarial e ambientes de trabalho seguros, onde os profissionais e os usuários não contraiam doenças, não sejam assaltados e não sofram ameaças.

Márcio de Castro

Afirmou que a segurança deve ser vista como uma questão prioritária nos equipamentos de assistência social, tanto para os usuários, quanto para que os trabalhadores possam prestar um bom serviço. Abordou as principais questões presentes no Estatuto das Guardas Municipais, evidenciando a necessidade do guarda municipal em todo tipo de serviço. Afirmou que, na gestão anterior, a Prefeitura assumiu o município com um total de 1.576 guardas, chegando ao final dela com apenas 1.194, um déficit de 382 guardas. Calculou que, para garantir a presença de dois desses agentes na porta de cada unidade de assistência social, seriam necessários 144 guardas. Disse que o atual Prefeito, em sua última fala, afirmou que só efetivará 150 guardas do último concurso. Citou a lei que determina que Salvador, com base no cálculo populacional, deve ter no mínimo 1.500 guardas, podendo chegar a até 5.800. Destacou que há atualmente 223 aprovados disponíveis para serem nomeados e que há, apenas, 280 guardas com escala de trabalho ativa para atender toda a cidade.

Comentários da Plenária

Iana Aguiar – Sindicato das Psicólogas

Contou a trajetória do projeto de lei que assegura a jornada de trabalho de 30 horas para psicólogos, ressaltando a importância de pressionar para que a tramitação no Senado ocorra e culmine na aprovação do projeto. Comentou que a luta pelo piso salarial é bastante semelhante. Ponderou que, embora a pauta principal da categoria gire em torno dessas duas questões, o debate em voga referia-se a condições dignas de trabalho, firmando, portanto, o compromisso de debater, junto ao Conselho Regional de Psicologia, as atribuições do mesmo no sentido de orientar e fiscalizar não apenas o exercício da profissão, mas também a concessão de autorização para os equipamentos funcionarem, uma vez que se trata de requisito obrigatório que o Conselho ateste a adequação do ambiente para o exercício profissional. Afirmou que este diálogo permitirá ir ao Ministério Público com o intuito de garantir condições dignas de trabalho, perpassando por questões como segurança, um salário digno e equiparado e a garantia de que os psicólogos também tenham condições de cuidar de sua saúde mental. Finalizou dizendo que a luta pela regulamentação da Lei 13.935 em Salvador perpassa o chamamento do cadastro de reserva, convidando as pessoas do cadastro a ocupar esses espaços e a pressionar a Prefeitura no sentido da convocação e nomeação desses profissionais.

Lilian Cordeiro - SINDSEPS

Afirmou que tanto os profissionais da Secretaria Municipal da Saúde quanto os da SEMPRE fazem parte do atendimento integrado e do mesmo plano de cargos, não havendo, portanto, justificativa para que as remunerações sejam diferentes. Reforçou a luta pela equiparação salarial. Pontuou que mesmo o salário dos profissionais da SMS sendo superior em 100 ou 200%, é um valor maquiado pelas gratificações, que não são levadas para a aposentadoria. Finalizou declarando a importância da luta pela garantia previdenciária desses valores.

Osana de Andrade Barreto

Comentou sobre as competências do MPT no que tange à possibilidade de instauração de um inquérito civil para verificar as condições de trabalho nos equipamentos da SEMPRE, colhendo um arcabouço probatório para então ingressar com uma ação civil pública contra o município, indagando como vai se dar o processo para coibir, responsabilizar e obrigar o município a cumprir as condições impostas, se será por meio de multa, ou de indenização coletiva (e para onde serão revertidas essas indenizações) ou ainda outros tipos punição. Abordou a larga jurisprudência, tanto nos Tribunais de Justiça quanto nos Tribunais Superiores, favorável à equiparação salarial e isonomia entre os profissionais de atendimento integrado que assumem cargos com as mesmas atribuições, mesma carga horária e mesma qualificação em termos de escolaridade. Afirmou que a jurisprudência tem concedido mandados de segurança com pedido de liminar por violação ao princípio constitucional da isonomia.

Everaldo Braga – Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Reforçou a importância de garantir a equiparação, equidade e isonomia entre as categorias que exercem as mesmas funções.

Encaminhamentos:

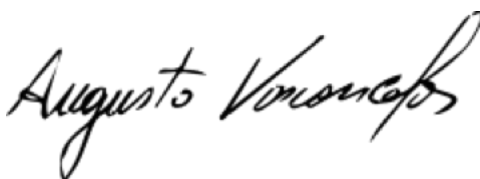
1. Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência;
2. Envio do relatório para:
 - Todas as entidades da Mesa
 - SEMGE
 - Gabinete do Prefeito
 - Vereadores da Câmara Municipal
3. Elaboração de documento solicitando que o Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS) identifique quais são as normativas da NOB SUAS, da NR 17 e da NR 24 que a SEMPRE cumpre;
4. Orientação para que todos os servidores do SUAS no município façam fotos e vídeos das condições de trabalho e enviem para o e-mail da Ouvidoria da Câmara ou para o e-mail do Coletivo: trabalhosuassalvador2021@gmail.com, ativando a geolocalização e a data;
5. Utilização destes registros para fundamentar a elaboração de um documento global (dossiê) das condições de trabalho dos equipamentos do SUAS a ser encaminhado ao Ministério Público do Trabalho a fim de subsidiar a abertura de inquérito sobre essas questões do meio ambiente de trabalho;
6. Criação de um grupo de trabalho para discutir as condições de trabalho no âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social;
7. Estabelecimento de diálogo intersetorial entre as secretarias para o planejamento das políticas públicas destinadas aos usuários;
8. Garantia de segurança nos equipamentos do SUAS;

9. Efetivação das gratificações e adicionais do SUAS, garantindo a isonomia;

10. Luta pela aprovação dos projetos que tramitam na Câmara Municipal, notadamente a regulamentação da lei federal que estabelece a presença de Assistentes Sociais e Psicólogos na educação, bem como dos projetos de indicação sobre a jornada de 30h e o piso salarial;

11. Luta pela apreciação do piso salarial estadual já encaminhado à Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).

Salvador, 28 de outubro de 2022.



Augusto Vasconcelos

Vereador

Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida

Coordenadora Técnica da Ouvidoria

Matrícula 6065